

Território, rede e multiterritorialidade: Uma abordagem conceitual a partir das corporações¹

Rhalf Magalhães Braga
Mestre - Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este artigo consiste em uma discussão conceitual que objetiva mostrar que a multiterritorialidade oferece uma abordagem econômica que envolva os conceitos de território, rede e corporação. Para isso, nos apoiamos nas reflexões de Rogério Haesbaert sobre território-rede e multiterritorialidade, que alargam o campo conceitual destes conceitos.

Abstract:

This article consists in a conceptual discussion that pretends to show that multiterritoriality offers an economic view involving the concepts of territory, network and corporation. For this we agree with the ideas of Rogério Haesbaert about network-territory and multiterritoriality, that enlarge the previous concepts.

Recebido 02/2010
Aprovado 04/2010

¹ Este artigo é fruto de trabalho final para a disciplina **Diversidade Territorial e Regionalização**, ministrada pelo professor Rogério Haesbaert para o Mestrado em Geografia na Universidade Federal Fluminense, no primeiro semestre de 2004. Tais discussões foram importantes para a elaboração teórica da dissertação sobre as interações espaciais da empresa Glória/Parmalat em Itaperuna (RJ) (BRAGA, 2006).

Palavras-chave: Território, Rede, Corporação, Multiterritorialidade.

Key-words: *Territory, Network, Corporation, Multiterritoriality.*

rhalfbraga@yahoo.com.br

Introdução

Os conceitos de território e rede são clássicos na Geografia. Observa-se que nos últimos anos a intensidade e a rapidez das mudanças sociais em todos os níveis contribuem de forma decisiva para a complexidade e o enriquecimento de tais conceitos. No campo econômico, por exemplo, as corporações se articulam em redes cada vez mais integradas para exercer o controle sobre territórios. É neste contexto que a abordagem do professor Rogério Haesbaert sobre as *multiterritorialidades* nos auxilia na compreensão destes diversos usos do território.

O nosso propósito é discutir os conceitos de território, rede e corporação e inseri-los na abordagem da multiterritorialidade. Entendemos que os conceitos de território-rede e multiterritorialidade tentam superar a dicotomia entre território (rigidez, territorialização) e rede (fluidez, des-territorialização) e que o conceito de multiterritorialidade abre muitas possibilidades temáticas de trabalho em relação ao território e as práticas territoriais que o compõem.

O território

O território constitui-se em um dos cinco conceitos-chave da Geografia, ao lado dos termos espaço, paisagem, região e lugar. Contudo, o conceito de território, assim como os outros, é apenas mais uma forma de analisar a realidade, esta sim única, porém, diversa e mutável temporalmente.

Marcelo Lopes de Souza (2001) entende o território como “espaço das relações de poder”, onde as relações sociais são projetadas no espaço. O território é, para o autor, um espaço delimitado pelas relações de poder. Para Claude Raffestin (1993) o território é a “apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático”. O território para o autor francês é um espaço político de um ou mais atores mediatizados pelas relações de poder. Ambos não percebem território e rede como antagonicos.

Paul Claval (1999) identifica três eixos na análise do território. Um eixo é o do *poder*, com ênfase no Estado-Nação (apropriação do espaço por um grupo). Pertencem a este eixo igualmente a questão da soberania e do controle do Estado colocados por Jean Gottman e as várias escalas da territorialidade de Robert Sack. Outro eixo é a da *realidade social*, onde entra a questão da naturalização do território e a abordagem crítica e marxista do espaço (território). O terceiro eixo diz respeito aos *símbolos e à representação*, ou seja, a dimensão simbólica do território, entendido como espaço vivido. Assim, o território para Paul Claval (1999) é material e simbólico, com destaque para o símbolo, a identidade e o pertencimento.

Robert Sack (1986) afirma que território implica “controle do acesso”: “[os territórios] são formas socialmente construídas de relações sociais e seus efeitos dependem de quem controla quem e com que propósitos”. Nesta perspectiva, o território é um tipo de lugar.

Segundo Rogério Haesbaert & Ester Limonad (1999), existem basicamente três abordagens conceituais de território:

1. Abordagem jurídico-política (majoritária na Geografia) que considera o território no âmbito do Estado-Nação e as diversas organizações políticas envolvidas;
2. Abordagem culturalista, que considera o lugar, o cotidiano e a identidade dos atores para com o território;
3. Abordagem econômica, que trata da divisão territorial do trabalho, classes sociais e relações de produção no território.

Rogério Haesbaert (2002) apresenta ao menos três enfoques para o conceito de território: *materialista*, onde o território é recurso natural, distância física ou no limite um abrigo; *idealista*, associando território e cultura, campo do simbólico e dos poderes invisíveis; e um enfoque *integrador entre as diferentes dimensões sociais*: naturalista/biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica. O território para Rogério Haesbaert (2002) é relacional, ligado ao movimento e às conexões e engloba as dimensões biológica/natural, política (das relações de poder), cultural-simbólica e econômica.

Para assinalar a contínua mudança não só da forma mas também do conteúdo dos territórios e suas alterações ao longo do tempo (como um processo), da transformação da natureza, sua contínua artificialização através da técnica, Milton Santos (1999a) propõe a idéia de *território usado*:

Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. (...) Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. (SANTOS, 1999a, p. 19).

Ou como afirmou em outra ocasião (SANTOS, 1999b, p. 8): “O território usado é o chão mais a identidade”. O território representa união, o “locus do acontecer da sociedade” (SANTOS, 1999b).

Concordamos com a vertente teórica colocada por Rogério Haesbaert (2002, 2004), que percebe o território de forma a não dicotomizar as dimensões sociais (política, econômica e cultural). Ou seja, dependendo do eixo temático que se quer abordar (como a ação de empresas em rede na sociedade contemporânea) privilegiamos uma dimensão social (no exemplo das empresas, a dimensão econômica), mas temos consciência que as outras dimensões também possuem a mesma importância.

A rede

O conceito de rede não é atual. Segundo Milton Santos (1999c), a palavra rede teria vindo da Química, com Lavoisier, na passagem do século XVIII para o XIX. Ressaltava-se o caráter de articulação e interdependência dos elementos. A partir do momento em que houve uma revolução intensa e rápida nos meios de transporte e comunicação, aumento de intercâmbio entre locais, difusão e uma maior integração entre o setor financeiro global, já no século XIX, tal conceito foi empregado com mais frequência.

Nos dias atuais esses processos vêm sendo intensificados e mais ainda se falam em redes. A rede implica fluxos, conectividade (DIAS, 2001), este último termo presente já na obra do geógrafo francês Jean Brunhes. A rede é “um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 2003, p. 566)²

As redes não estão relacionadas somente aos fluxos e conexões. Para que haja fluxos, são necessários fixos, afinal, os fluxos possuem origem e destino. Nesta dinâmica, os fixos são constantemente refuncionalizados. Tais termos são complementares e interdependentes. Fluxos geram fixos que por sua vez geram novos fluxos (SANTOS, 1999c). A rede, ao promover relações, intercâmbios, alterando ou podendo alterar determinada situação, também muda. Toda rede é mutável.

A rede também se refere ao controle. Claude Raffestin (1993, p. 213) destaca esta característica das redes, o controle cada vez maior das redes de circulação (de seres e bens *lato sensu*) e das redes de comunicação (de informações): “Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga”. Para ele, o estudo das redes de circulação permite conceber a natureza das redes geográficas.

2 Apesar de citarmos Manuel Castells (2003) neste trabalho, discordamos de algumas proposições do autor, como, por exemplo, o excesso de importância dada às tecnologias da informação, às redes, a ponto de estarmos vivendo em uma “sociedade em rede”; à proposição dicotomizada entre “espaço de fluxos” (o espaço já não implicaria fluxos?) e “espaço de lugares” (os lugares seriam estáticos, imutáveis?). Contudo, concordamos com o autor no que se refere à importância do Estado-Nação (sobretudo no momento atual), dos mercados financeiros globais e das grandes empresas multinacionais no cenário internacional. Para críticas ao seu trabalho ver Rainer Randolph (1999).

As redes podem ser materiais ou imateriais. As primeiras seriam compostas de pessoas, mercadorias, matérias-primas. As segundas estão relacionadas aos fluxos de informações e/ou ordens. Ao mesmo tempo em que a rede faz parte do espaço e serve de suporte a este (SANTANA, 2004), a rede faz parte e serve de suporte ao circuito espacial de produção (RAMALHO & CATAIA, 2004).

Concordamos com Milton Santos (1999c) sobre a necessidade do estudo do tempo das ações que animam os objetos, ou seja, sua temporalidade. Como as redes são dinâmicas e alteram constantemente seus fixos, é preciso estabelecer períodos com características predominantes.

É interessante destacar uma revisita à obra de Miossec feita por Miguel Ângelo Campos Ribeiro (2001). Segundo ele, o geógrafo francês Miossec em sua obra de 1976 (*La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique*) destaca três tipos de redes geográficas (interdependentes entre si e superpostas):

- a) *Rede de distribuição*: voltada para a distribuição de bens e serviços, foi calcada na teoria das localidades centrais de Walter Christaller (1933). São determinados centros com funções centrais aptas para a distribuição de bens e serviços.
- b). *Rede de produção*: composta de fluxos de matérias-primas, bens intermediários e/ou produtos finais. Está relacionada aos lugares com vantagens de produção visando atender à demanda de necessidades humanas e divisão do trabalho.
- c) *Rede de gestão ou decisão*: papel gestor desenvolvido pelo Estado ou pelo setor privado (empresas), formando redes estratégicas onde circulam informações e ordens.

Consideramos a rede como um escopo analítico geográfico para a compreensão da organização espacial de um ou mais agentes (no nosso caso, uma empresa). Uma empresa é uma corporação em rede por dois motivos: multifuncionalidade e multilocalização (CORRÊA, 2001a), além de articulações em rede horizontais (ligadas à produção propriamente dita) e verticais (pelas novas necessidades de intercâmbio e aos outros segmentos da produção ligados à circulação, distribuição e consumo) (SILVA, 2002). Logo, uma rede corporativa é um arranjo de localizações geográficas de pontos e áreas interconectados entre si e animados por um sistema de ações que respondem pela reprodução do capital da empresa. Assim sendo, propomos o conceito de *rede geográfica corporativa*.

Roberto Lobato Corrêa (2001a, p. 107), baseado em Kansky, define as redes geográficas como

um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda (CORRÊA, 2001a, p. 107).

Em outro trabalho, Roberto Lobato Corrêa (1997) destaca a importância do estudo das redes geográficas, que seriam formas para a verificação das interações espaciais. As redes geográficas “constituem parte integrante do longo e cada vez mais complexo processo de organização espacial socialmente engendrado”. Neste trabalho o autor destaca seis tipos de redes geográficas:

- a) *Rede solar*: um nó central vincula nós menores, como numa rede de circulação de ônibus de uma cidade monocêntrica;
- b) *Rede dendrítica*: localização excêntrica do centro nodal como numa rede fluvial. Um exemplo é a rede de cidades coloniais brasileiras;

- c) *Rede cristalleriana*: caracteriza-se por uma rede hierarquizada na qual o centro nodal de maior nível hierárquico tem uma localização central; circundam ao centro nodal centros inferiores que por sua vez controlam centros ainda menores; é uma união e complexificação das redes solar e dendrítica; um exemplo é rede de administração interna de uma corporação com várias localizações;
- d) *Rede axial*: disposição linear dos nós, associada, via de regra, à existência de uma única via de tráfego linearmente disposta; interações ocorrem em duas direções e o número de centros tende a ser maior; exemplo do Planalto Central Paulista;
- e) *Rede circular*: há um único circuito que abarca todos os nós, dispostos de modo circular; não há centro nodal nitidamente dominante; fluxos podem seguir a direção dos ponteiros do relógio ou a direção contrária; exemplo dos circuitos dos mercados periódicos;
- f) *Rede de múltiplos circuitos*: várias ligações possíveis entre um mesmo par de nós; é uma rede mais complexa (podem ocorrer ligações sem a intermediação de nós); há uma hierarquia ou complementaridade entre os nós; como exemplo têm-se as redes de fluxos de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais de uma corporação.

Há estreita relação entre redes geográficas e organização espacial: “Desse modo o estudo das diferentes redes que compõem a organização espacial constitui-se em relevante tarefa para os geógrafos” (CORRÊA, 2001a, p. 108). Neste trabalho, o autor ressalta as dimensões de análise das redes geográficas (CORRÊA, 2001a, p. 111-12). Aplicamos tais dimensões em Rhalf Magalhães Braga (2006) e pudemos verificar a rede geográfica corporativa da empresa de laticínios Glória/Parmalat em Itaperuna (RJ).

Segundo Ruy Moreira (2007), a rede implica um espaço móvel e integrado, fluido e liso, com densidade variável em função da rapidez dos fluxos e das trocas. A mobilidade é a marca fundamental e desde os anos 1970 nos deparamos com a rede organizando o espaço: “Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado” (MOREIRA, 2007, p. 57).

Rogério Haesbaert (2004, p. 286-87) afirma que a rede permite conceber o caráter dinâmico e móvel do território:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-87).

Considera-se a abordagem das redes como importante escopo analítico geográfico para o estudo das corporações. A rede é uma realidade material e um dado social (SANTOS, 1999c). Segundo definição do Dicionário de Geografia dirigido por Pierre George, rede pode significar: a) uma polarização de pontos de atração e difusão (redes urbanas); b) projeção abstrata (meridianos e paralelos); c) uma projeção concreta de linhas de relações e ligações (redes hidrográficas, redes técnicas territoriais,

redes de telecomunicações hertzianas (SANTOS, 1999c, p. 209). As redes conectam espaços em escala mundial, nacional e local. Este aspecto é fundamental, pois “escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 11). Os atores hegemônicos que controlam redes tentam impor a fluidez no espaço através de uma racionalidade técnica e informacional. As empresas globais fazem parte do processo que Milton Santos chama de “motor único” e conformam um “complexo industrial transnacionalizado”.

As corporações

O pós-Segunda Guerra Mundial - e sobretudo a partir dos anos 1970 – confere papel central para as corporações mundiais³. É uma nova etapa naquilo que os anglo-saxões chamam de globalização e os franceses de mundialização. Georges Benko (2002) afirma que o termo mundialização apresenta problemas, mas é aceitável até que se encontre outro mais adequado. O conceito remonta à literatura consagrada às firmas multinacionais, que estão no centro da atividade econômica dos países. “Para o geógrafo, a mundialização é a ‘globalização’ ou a articulação ampliada dos territórios locais com a economia mundial” (BENKO, 2002, p. 46). E acrescenta logo em seguida:

Em geografia, a noção de globalização é uma maneira de sublinhar a persistência de um registro espacial de fenômenos econômicos – a localização dos locais de produção de uma empresa multinacional nos territórios. Refere-se também à constituição de uma ‘economia de arquipélago’, segundo a expressão figurada de Pierre Veltz (BENKO, 2002, p. 46).

Como afirmam Maria Isabel Busato & Eduardo Costa Pinto (2005, p. 16): “As economias regionais e locais devem ser reequacionadas na perspectiva global, já que são as empresas multinacionais os verdadeiros agentes da economia mundial”.

Segundo Milton Santos (1985), o espaço possui três instâncias produtivas: 1) “espaço da produção propriamente dita”, pois sem produção não há espaço e vice-versa (SANTOS, 1985, p. 61); 2) “espaço da circulação e da distribuição”, *locus* da concorrência e cooperação entre firmas e oligopólios espaciais; 3) “espaço do consumo”, que inclui poder aquisitivo e acessibilidade aos bens.

As firmas multinacionais nos países subdesenvolvidos possuem especificidades em relação aos países desenvolvidos. Nestes, ocorre uma especialização vertical das firmas, caracterizada pela fluidez do território e a complementaridade entre as empresas. Ao contrário, Milton Santos (1979, p. 220) destaca a especialização horizontal das firmas nos países subdesenvolvidos, pois são poucos os locais que oferecem vantagens industriais. Decorre deste fato a seletividade espacial e a tendência às concentrações e efeitos cumulativos.

Para Julio Cesar Lima Ramires (1989), falar das grandes corporações significa considerar o seu controle monopolístico, a especialização dos espaços de atuação e a maximização dos lucros. Em um contexto de internacionalização do capital, sobretudo a partir dos anos 1950, as grandes firmas mundiais passam a atuar mais intensamente nos países periféricos. Carlos Alberto Franco da Silva (2000) argumenta que as grandes corporações são agentes de investimento, internacionalização da produção, das finanças e de reorganização espacial.

Gisela Aquino Pires do Rio (1998) propõe uma abordagem não da firma individual, que separa unidade fabril, unidade gerencial e com apenas uma única atividade, mas como *grupo*, ou seja, uma

3 “Entendemos que a globalização é sobretudo exercida pelas corporações – embora não exclua a participação de outros agentes – por meio do uso das redes e das tecnologias e técnicas mais avançadas desta camada do presente (como a engenharia genética, a informação, as telecomunicações), de modo a se apropriar dos recursos territoriais, ignorando ou procurando submeter a lógica do Estado às intenções (e não interesses, que isto é para o Estado) desta ou daquela corporação específica” (ANTAS JR., 2004, p. 4). “O Estado e as atividades do circuito moderno, em particular os monopólios e as firmas multinacionais, constituem os dados essenciais da macroorganização do espaço” (SANTOS, 1979, p. 219).

organização de redes de empresas, com uma gerência centralizada na *holding*, organização por áreas de negócios, integração vertical e horizontal e múltiplas unidades fabris. Esta noção de grupo também está presente em François Chesnais (1996), que adota a definição de C. A. Michalet: “A companhia multinacional é uma empresa (ou um grupo), em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais em vários países, seguindo uma estratégia e uma organização concebidas em escala mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 73).

À medida que as firmas deixam de ser apenas familiares ou mesmo de atuação nacional e passam a atuar internacionalmente, os setores de tomada de decisão, administração/gerência e produção se separam. A decisão tende a se concentrar nos grandes centros urbanos e a produção é descentralizada. Como afirma David Clark (1991, p. 152): “Uma hierarquia das funções de gerência, distribuída por diversos países e continentes, é sem dúvida a característica da moderna corporação multidivida e multinacional”.

Roberto Lobato Corrêa (2001b, p. 215-18) seleciona algumas características básicas das corporações: 1) ampla escala de operações: investimentos criadores de novas unidades e/ou aquisição de empresas já existentes; 2) natureza multifuncional: concentração vertical e horizontal e desempenho de múltiplas funções formando um conglomerado; 3) segmentação da corporação: são divididas em empresas líderes, intermediárias, atrasadas e de suporte; 4) múltiplas localizações: a corporação conforma uma divisão territorial do trabalho; 5) enorme poder de pressão econômica e política: a corporação promove a gestão do território ou tem o controle da organização espacial e isto se reflete nas desigualdades espaciais. Assim, a corporação produz a sua própria divisão do trabalho e a manifestação geográfica da mesma é dada pela necessidade de pontos e áreas ligados à produção, circulação e consumo (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Para analisar as corporações, as contribuições metodológicas de Gisela Aquino Pires do Rio (1998) e Carlos Alberto Franco da Silva (2000) são relevantes. A proposta metodológica da primeira é unir estrutura locacional e níveis de decisão, com destaque para a autonomia de gestão administrativa a cada empresa de um ramo específico de atividade. Utilizam-se as “pressuposições topológicas” de Thrift e Olds: região, rede e fluxo. A região é, neste sentido, um conjunto em círculos concêntricos de unidades com menor nível de decisão e homogeneidade relativa. As redes são interconexões entre lugares, pressupõem uma heterogeneidade (hierarquia). Os fluxos estão ligados às decisões e aos circuitos técnico-produtivos.

Carlos Alberto Franco da Silva (2000) entende a corporação como uma rede de unidades produtivas e centros administrativos dispersos geograficamente e articulados por uma rede de gestão interna. Sugere a utilização do modelo de crescimento de uma corporação de Hakanson, centrado no produto e no desenvolvimento do mercado. Em linhas gerais, tal modelo consiste na elaboração de produtos e na conquista de mercados mais amplos. Assim, progressivamente a empresa torna-se uma corporação multifuncional e multilocalizada.

Carlos Alberto Franco da Silva (2000) sugere também a consideração das práticas espaciais de Roberto Lobato Corrêa (2001c): a) seletividade espacial: espaço selecionado visando a algum interesse específico; b) fragmentação/remembramento espacial: por exemplo, uma empresa que fragmenta suas unidades de produção, abrindo umas e fechando outras; c) antecipação espacial: reserva de território, localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas; d) marginalização espacial: significa que o valor atribuído a cada lugar muda com o tempo e na situação limite são marginalizados. Tal processo pode ser parcial ou total; e) reprodução

da região produtora: viabilização da reprodução das condições de produção em práticas espacialmente localizadas.

Uma análise das corporações deve incorporar também o setor de serviços. A divisão clássica de Colin Clark entre setor primário, secundário e terciário perde o sentido em um contexto de grupos e aglomerados industriais cada vez mais interdependentes e diversificados. As corporações hoje não são apenas estabelecimentos fabris (setor secundário), mas englobam parte do setor terciário (“terciário interno ao secundário”, propõe LIPIETZ, 1987) e o setor financeiro (CHESNAIS, 1996). Outras questões relativas ao terciário são levantadas em Milton Santos (2005).

O território-rede e a multiterritorialidade

Concordamos com Rogério Haesbaert (2004) que território e rede não são dicotômicos, que a rede pode ser um elemento constituinte do território. Segundo Rogério Haesbaert (2002) existem três grandes abordagens teóricas sobre o território e a rede: uma que subordina a rede ao território (como em muitas abordagens da Geografia Tradicional); outra que dicotomiza território e rede (como o faz Bertrand Badie) e uma outra que percebe o território e rede juntos (posição de Rogério Haesbaert).

O território aparece como movimento que se repete e territorializar-se “significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

A rede possui um duplo caráter territorializador e desterritorializador e não anula o território:

Para nossos propósitos, a característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais ‘interno’ ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais ‘externo’ ou desarticulador de territórios (HAESBAERT, 2004, p. 294).

O território-rede consiste justamente nesse caráter móvel do território, sobretudo na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios, pois nem todos fazem parte do “circuito formal” de trocas. A ação das corporações produzindo territórios-rede ocorre de forma seletiva e dupla, pois conecta os agentes vinculados à sua lógica de reprodução do capital e ao mesmo tempo desconecta os agentes que não se enquadram nessa lógica.

Sobre a multiterritorialidade, destacamos as seguintes definições: 1) “O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 338); 2) “A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de *multiterritorialidade*” (HAESBAERT, 2004, p. 343) [grifo no original]. E ainda uma terceira definição:

[3] Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (HAESBAERT, 2004, p. 343-44).

Esta experiência multiterritorial inclui algumas dimensões: *dimensão tecnológica*, relacionada ao ciberespaço e que promove de forma seletiva a densidade informacional do espaço; *dimensão simbólica*, relacionada à territorialização material e imaterial; *dimensão da imprevisibilidade*, em função dos contatos globais em “tempo real” e a *dimensão do movimento*, relacionada à construção de uma identidade no/ com o movimento (HAESBAERT, 2004, p. 346).

Considerações Finais

O nosso propósito neste trabalho foi enfatizar que a dimensão econômica das corporações atuando em territórios-rede também faz parte de uma experiência multiterritorial, diversificada, conectada e que promove simultaneamente territorializações e desterritorializações. As práticas dos agentes sociais estão constantemente construindo, destruindo e reconstruindo territórios, no que Rogério Haesbaert (2004) chama de “des-re-territorialização”. Apesar de alguns autores proclamarem o fim dos territórios e da Geografia, como Bertrand Badie, Alvin Toffler, Paul Virilio, entendemos que os territórios são refuncionalizados e não extintos.

As definições de multiterritorialidade de Rogério Haesbaert (2004) nos fazem refletir sobre três aspectos que mantêm estreita relação com a dinâmica territorial das corporações. O primeiro deles é o processo de “reterritorialização”, ou seja, território é movimento, o recurso que hoje é usado amanhã pode não ser mais. Este processo seleciona lugares e pontos do território. Temos o segundo aspecto que é a “possibilidade de acesso ou de conectar-se”. Neste sentido, território, retomando Robert Sack, é controle do acesso. O último aspecto a destacar é que a multiterritorialidade implica “redes não-hierárquicas”, ou seja, as relações empresariais tornam-se cada vez mais horizontais e sem a obrigatoriedade de passar por escalões superiores ou territórios contíguos.

Como caminhos metodológicos para o estudo geográfico das corporações temos, depois do que foi dito, a rede geográfica corporativa (BRAGA, 2006) e o circuito espacial de produção (SANTOS & SILVEIRA, 2001), que é a “espacialização da cadeia produtiva”. O primeiro foi usado para o estudo empírico da Parmalat no Brasil e o segundo para vários ramos empresariais no país.

À guisa de conclusão, propomos dois questionamentos: 1) Como as corporações que atuam no Brasil vêm utilizando a dimensão tecnológica da multiterritorialidade, sobretudo considerando o atual estágio da globalização? 2) Como vem ocorrendo a formação de grupos corporativos no agronegócio brasileiro tendo em vista a atual onda de fusões e aquisições?

Referências Bibliográficas

- ANTAS JR., Ricardo Mendes. Internacional, global e mundial: a ordem, o sistema e a solidariedade. Regulação do território no período técnico-científico-informacional. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia, UFG, 18 a 23 de julho de 2004. CD-ROM.
- BENKO, Georges. Mundialização da Economia, Metropolização do Mundo. *Geografia (USP)*, nº 15, 2002. p. 45-54.
- BUSATO, Maria Isabel & PINTO, Eduardo Costa. A nova geografia econômica: uma perspectiva regulacionista. *I Encontro de Economia Baiana*, Salvador, setembro de 2005.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. *Interações espaciais: o caso da empresa Glória/Parmalat em Itaperuna (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). 127f. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: GEOGRAPHIA, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1, nº 2, 1999. p. 7-26.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Dimensões de análise das redes geográficas. In: *Trajelórias Geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 108-18.
- _____. Corporação e Espaço – uma nota. In: *Trajelórias Geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b. p. 213-33.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001c. p. 15-47.
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-62.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/AGB, 2002. p. 17-38.
- HAESBAERT, Rogério & LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *GeoUERJ. Revista do Departamento de Geografia*, UERJ. Rio de Janeiro, nº 5, p. 7-19. 1º semestre de 1999.
- LIPPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1987.
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *ETC: Espaço, Tempo e Crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais*. 1º de junho de 2007, nº 1(3), vol. 1. p. 55-70. Disponível na Internet: <http://www.uff.br/etc> Acesso em 05/08/2007.
- PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: uma contribuição para a geografia das corporações. *Território*, ano 3, nº 5, jul./dez. 1998. p. 51-66.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMALHO, Marianna Lamas & CATAIA, Márcio. Empresas-Reticulares: incentivos territoriais, uso e alienação do território. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. VI, 2004, Goiânia: *Território...* Goiânia: UFG, 2004. CD-ROM.
- RAMIRES, Julio Cesar Lima. As corporações multinacionais e a organização espacial: uma introdução. *Revista Brasileira de Geografia*, 51 (1), 1989. p. 103-112.
- RANDOLPH, Rainer. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. *GEOgraphia Revista da Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia*, UFF. Niterói, ano 1, nº 2, p. 27-53. 1999.

- RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. *GeoUERJ. Revista do Departamento de Geografia, UERJ*. Rio de Janeiro, n° 10, p. 35-46. 2º semestre de 2001.
- SACK, Robert. *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (tradução e fichamento de Rogério Haesbaert).
- SANTANA, Mário Rubem Costa. Sobre as redes e sobre o acesso às redes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. VI, 2004, Goiânia: *Território...* Goiânia: UFG, 2004. CD-ROM.
- SANTOS, Milton. A nova terciarização: notas metodológicas. In: *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EdUSP, 2005. p. 77-83.
- _____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, N° 2, 1999a, p. 15-26.
- _____. O dinheiro e o território. *GEographia. Revista da Pós-Graduação em Geografia, UFF*. Rio de Janeiro, n°1, Ano 1, p. 7-13. Junho de 1999b.
- _____. Por uma geografia das redes. In: *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999c. p. 208-222.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Corporação e rede na fronteira agrícola capitalista. In: *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/AGB, 2002. 284p. p. 177-95.
- _____. A dimensão geográfica das corporações industriais: uma proposta metodológica. *GEOUERJ*, n° 7, 1º semestre de 2000. p. 19-29.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.